

Relatório e Contas Consolidadas

2017



Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda

Ilhas de Valor, S.A.

RUA DR. LUÍS BETTENCOURT, N.º 86-1º - ANDAR-FRENTE – 9580-529 VILA DO PORTO
SANTA MARIA AÇORES



Índice

1. EMPRESA	5
1.1. Informação Geral.....	5
1.2. Órgãos Sociais.....	7
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	10
2.1. Ilha de Santa Maria.....	10
2.2. Ilha da Graciosa	12
2.3. Ilha das Flores.....	12
2.3.1. Hotel das Flores	12
2.3.2. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão	13
2.3.3. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB).....	14
2.4. Ilha de São Jorge.....	14
2.5. Exploração do Campo de Golfe da Ilha Terceira.....	14
2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas.....	15
2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Industrias Açoríolas.....	16
2.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	16
2.8.1. Linha de Crédito Açores Investe.....	17
2.8.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores.....	17
2.8.3. Linha de Crédito Açores Empresas	18
2.8.4. Linha de Crédito Açores Empresas II	18
2.8.5. Linha de Crédito Açores Investe II	19
2.8.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II...	19
2.8.7. Linha de Crédito Açores Empresas III	19
2.8.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	20
2.8.9. Medidas de Apoio ao Emprego	21
2.9. Compromissos Financeiros e Financiamento	22
3. RECURSOS UTILIZADOS	23
3.1. Recursos Humanos	23



3.2. Recursos Técnico – Investimentos	23
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA	24
4.1. Situação Económica	24
4.1.1. Proveitos.....	24
4.1.2. Custos.....	24
4.1.3. Resultados	25
4.2. Situação Financeira	25
4.3. Dados Económico-financeiros.....	25
4.4. Indicadores Económico – financeiros.....	26
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	27
6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL	27
7. PERSPETIVAS	27
8. AGRADECIMENTOS	27
9. CONTAS	30
9.1. Balanço Consolidado	31
9.2. Demonstração dos Resultados Consolidados por Natureza	32
9.3. Demonstração dos Resultados Consolidados por Funções.....	33
9.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	34
9.5. Demonstração Consolidada das Alterações nos Capitais Próprios.....	35
9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas	36

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

Relatório de Gestão Consolidado

2017



Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda



Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da "ILHAS DE VALOR, S.A." referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017.

1. EMPRESA

1.1. Informação Geral



A sociedade Ilhas de Valor, S.A. tem como empresa participada a Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Capital: 9.000.000,00 €.

Participação no Capital Social

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,00%	4.500.000,00€
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€
SATA – Air Açores, S.A.	0,28%	25.000,00€
Atlânticoline, S.A.	0,28%	25.000,00€

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado correspondendo a 9 milhões de euros.



Nos termos do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, e que nos seus aspetos essenciais, foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O Relatório Consolidado de Gestão apresenta de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo Código das Sociedades Comerciais.

Objeto social:

- 1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.
- 2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:
 - a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;
 - b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
 - c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
 - d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.
- 3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:
 - a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
 - b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
 - c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
 - d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.



4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Ilhas de Valor, S.A. à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1 - Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: José de Sousa Rego

Vice-Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretária: Vera Cristina Pereira Sousa

2 - Conselho de Administração:

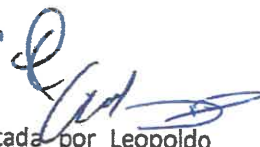
Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa

3 - Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único - Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)



Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo Assunção Alves (ROC n.º 319).

Estes Órgãos Sociais foram eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

Os principais elementos curriculares e funções exercidas por cada membro do Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:

Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas: Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

Diana Rosa Ávila Valadão, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;



- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Alberto da Silva Costa, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;

- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;

- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;

- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.

- Desde 09 de abril de 2013 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

A participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda a 31 de dezembro de 2017 tinha como membros da Gerência:

- Diana Rosa Ávila Valadão;

- Manuel António das Matas dos Santos.



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Ilhas de Valor S.A., em 2017 acompanhou, concebeu e executou políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade, assim como a continuidade do acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, ao funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações, bem como o lançamento da obra da Incubadora de Empresas de Santa Maria, assim como a promoção da inovação e do empreendedorismo.

Também correspondeu ao acompanhamento da atividade da empresa participada.

De seguida apresenta-se as seguintes:

2.1. Ilha de Santa Maria

Com a aprovação das condições de venda e de outras soluções para as habitações dos bairros situados na Zona do Aeroporto de Santa Maria, foi privilegiado o direito à habitação das famílias que residem naquela zona, que passaram a ter aos seu dispor diversas soluções, como a aquisição das habitações ou o arrendamento com opção de compra, no pressuposto que nenhuma destas soluções coloca quem já residia numa situação menos favorável do que aquela que usufruiu nos últimos anos.

Foram criadas condições para que, estas famílias possam, se assim o entenderem, ser proprietárias da sua habitação, através da criação de um mecanismo de bonificação que pode ir até 75 por cento do valor da habitação.

Após a obtenção dos alvarás de loteamento destes bairros ao longo dos últimos anos, tem sido mantido o acompanhamento e desenvolvimento dos procedimentos relativos à transferência do Património do Estado para a RAA.

Todos os terrenos estão registados e para o Parque Habitacional, tornou possível aos moradores proceder à aquisição ou Arrendamento com Opção de Compra ao abrigo da



Resolução nº 129/2016 de 27 de julho e Portarias nº 78/2016 e nº 4/2017 de 27 de julho e 13 de janeiro respetivamente.

Deu-se continuidade na limpeza e manutenção da salubridade da zona envolvente, bem como noutros espaços envolventes, zonas públicas e edificado devoluto do parque habitacional do Aeroporto, assegurando a respetiva manutenção e conservação.

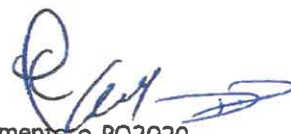
Ilustração 1. Fachada Antigas Oficinas Gerais do Aeroporto



Ilustração 2. Imagem 3D Interior Projeto Incubadora



No ano de 2017, foi lançado o anúncio de procedimento concursal para a Empreitada de Obras Públicas que consiste na Reabilitação de Edifício na zona do Aeroporto com a adaptação a Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, cujo preço base correspondeu a 1.730.000,00 € (um milhão setecentos e trinta mil



euros), tendo sido objeto de candidatura a Fundos Comunitários, nomeadamente o PO2020. A obra foi adjudicada no final do ano pela importância de 1.690.989,96 € (um milhão seiscentos e noventa mil novecentos e oitenta e nove euros e noventa e seis cêntimos).

2.2. Ilha da Graciosa

O Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

Tomando em consideração o desenvolvimento do turismo na ilha, ao qual tem-se verificado uma evolução crescente, que correspondeu a uma taxa de ocupação de 30,01%, pretende-se manter a infraestrutura em funcionamento por esta contribuir seguramente e positivamente no seu desenvolvimento socioeconómico.

Ao longo deste período a Ilhas de Valor, S.A. acompanhou a sua atividade e manutenção com o objetivo da oferta e serviços de qualidade e diversidade no turismo da ilha Graciosa.

2.3. Ilha das Flores

2.3.1. Hotel das Flores

Ao longo do ano de 2017, a Ilhas de Valor, S.A., manteve a concessão da Exploração do Hotel das Flores com a Fundação INATEL, que tem vindo a observar um crescimento na sua procura, pelo que no ano de 2017 a ilha das Flores teve no alojamento tradicional um crescimento de 28,8%.

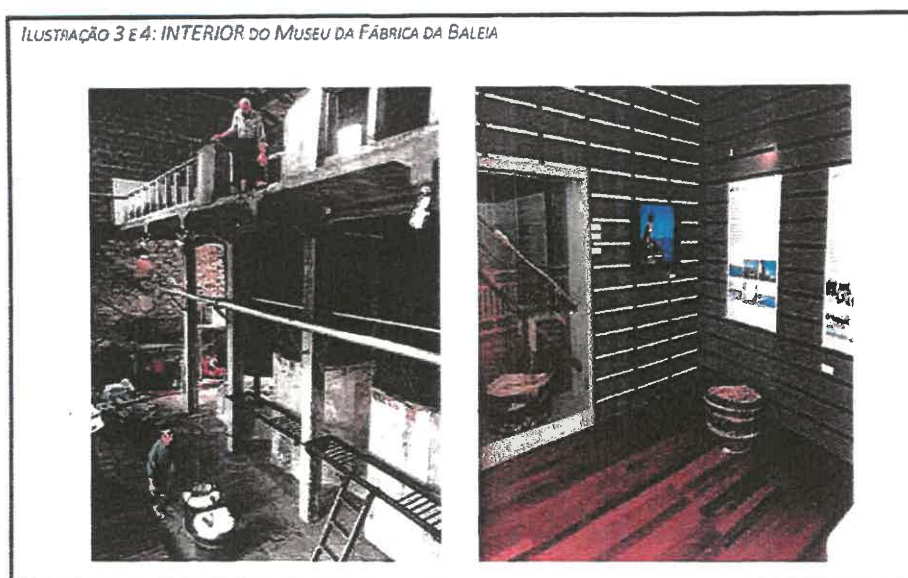
Esta infraestrutura foi um investimento substancialmente reprodutivo no desenvolvimento socioeconómico da ilha, até porque paralelamente a este, aliou-se a outros investimentos em infraestruturas conterrâneas importantes ligadas à atividade turística e cultural, tomando como exemplo o Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão e o Centro de Interpretação Ambiental e Cultural.



Estes investimentos foram fundamentais no impulso ao crescimento da atividade económica da ilha, ao qual gerou empregos diretos, bem como a dinamização de atividades diversas com ela relacionada.

2.3.2. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, na ilha das Flores, está em funcionamento desde o ano de 2015, um investimento em conjunto com a reabilitação do edifício, na antiga unidade fabril, através da recuperação e reabilitação da mesma, localizada em Santa Cruz das Flores. Serve, assim, o objetivo da estratégia de transformar espaços que são da memória e do passado dos Açores, não apenas como locais de preservação da história, mas atribuindo-lhes uma função de alicerce da construção de um novo futuro, como polo de atração turística e cultural. Foram realizados trabalhos de manutenção, reabilitação e promoção do espaço, com vista à sua melhoria e inovação da oferta, mantendo o padrão de exigência de qualidade necessários para dar resposta à procura do público interessado neste setor.





Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, nomeadamente com o *merchandising*, com vista à valorização de produto e estimulando a venda no próprio local de exposição.

Manteve-se esta infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 4 postos de trabalho, tendo-se registado o interesse de 5.588 visitantes o que corresponde a uma evolução crescente em comparação com os anos anteriores.

2.3.3. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB)

Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB), manteve-se o acompanhamento do desenvolvimento da atividade, como fator importante de oferta turística desta ilha, estando a gestão e funcionamento do mesmo a cargo da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S.A., sobre a qual mantém-se uma parceria com vista ao desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores, através de incentivos, promoção, divulgação e sensibilização ambientais.

2.4. Ilha de São Jorge

A Ilhas de Valor, S.A. tem uma participação de 60% no Capital Social da empresa Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda, através da qual tem um contrato de Cessão de Exploração com a empresa PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S.A..

Os resultados e contas da empresa participada, em 2017, estão consolidados nas contas da sociedade Ilhas de Valor, S.A.

2.5. Exploração do Campo de Golfe da Ilha Terceira

A atividade desenvolvida durante o ano de 2017, tendo em linha de conta o enquadramento macroeconómico nacional e regional, naturalmente influenciados pela prestação global da economia europeia onde estamos integrados, registaram valores que embora inferiores ao verificado em muitos países europeus, representou uma inversão de tendência.



O excelente desempenho do setor do turismo, acompanhado com a reposição de rendimentos, associado a um abaixamento do desemprego veio contribuir decididamente para a retoma económica o que originou um aumento das nossas prestações de serviços.

Durante o ano de 2017 efetuou-se o habitual calendário de torneios, tendo também se realizado no campo três torneios de Portugal Continental e um torneio Internacional, tendo originado um importante aumento nos Green Fees.

Continuou-se a dar grande importância na formação de jovens, quer através dos contratos programas de desenvolvimento desportivo no âmbito dos escalões de formação e no âmbito do projeto “Escolinhas do Desporto”, com o apoio dos nossos quadros técnicos.

Ao longo do ano tomou-se algumas medidas para racionalizar os custos, quer na área dos custos de fornecimentos e serviços externos como nos custos com o pessoal.

Também foi dada atenção na manutenção técnica do campo, o seu embelezamento e limpeza, no sentido da sua não degradação.

Como é do conhecimento geral o Golfe continua a ser uma das atividades no processo de desenvolvimento no setor do turismo, embora o ambiente global tenha permitido alguma retoma em outros setores, ainda não se refletiu na afluência tão necessário de visitantes golfistas.

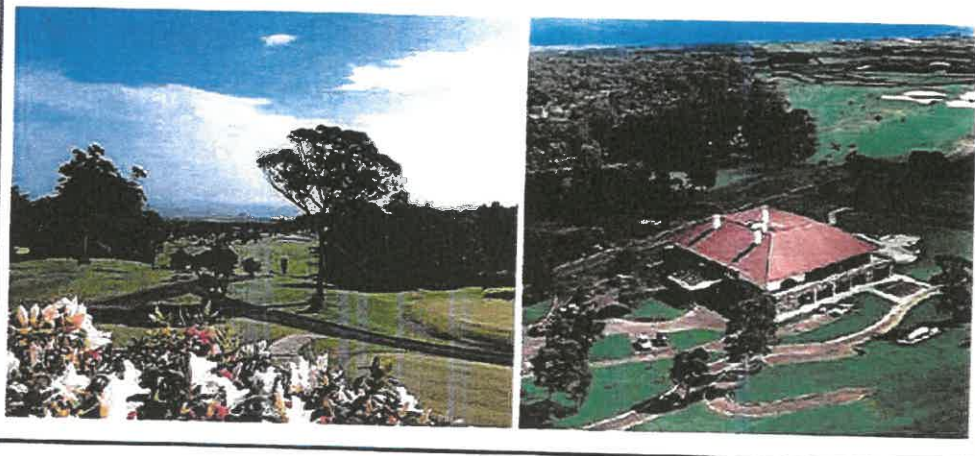
2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas

A sociedade Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A. em 2010, e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade, pretende-se continuar a assegurar a gestão dos Campos de Golfe.

A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o *core-business* deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infra-estruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.



ILUSTRAÇÃO 5 E 6: CLUBE GOLFE FURNAS E BATALHA



A evolução turística dos últimos anos, que contou com a abertura do espaço aéreo em 2015 veio contribuir, de forma positiva, no aumento das vendas/ faturação em toda a atividade desta empresa, como podemos concluir nos resultados de tendência crescente. Paralelamente a isso a abertura de hotéis cinco estrelas também contribui para alcançar um turista de golfe que apenas viaja para destinos onde haja esse tipo de oferta.

Ainda que o resultado mantenha-se negativo, houve uma evolução positiva de quase 10% relativamente ao resultado de 2016.

2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas

Na sequência da publicação da Resolução do Conselho de Governo n.º 134/2017, de 6 de dezembro, foi determinada a transmissão, não onerada, da totalidade das 550.600 ações da Sinaga – Sociedade de Indústrias Açorianas, S.A, correspondentes a 100% do capital social, até agora detidas pela Ilhas de Valor, S.A., diretamente para Região Autónoma dos Açores.

2.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial



Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

2.8.1. Linha de Crédito Açores Investe

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolviam atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 40 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 8 de novembro de 2009.

A Resolução do Conselho de Governo nº 118/2010, de 22 de julho e a Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, vieram permitir aumentar o período de carência de capital e o prazo das operações já contratadas, estando a empresa a gerir e a pagar as bonificações de 6 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	1.041.192,62
Montante Executado em 2017	16.638,68

2.8.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Atualmente, a EGL encontra-se a gerir e a pagar as bonificações de 84 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2016	4.523.934,77
Montante Executado em 2017	90.287,41

2.8.3. Linha de Crédito Açores Empresas

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi até 5 anos para todas as empresas com um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 31 de janeiro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de mais um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 5 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	880.560,44
Montante Executado em 2017	1.957,95

2.8.4. Linha de Crédito Açores Empresas II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 60 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida às empresas pelos municípios regionais e empresas municipais.

Esta Linha encerrou a 15 de novembro de 2010. O prazo de todas as operações era de 24 meses, pelo que todas estão vencidas e por conseguinte encerradas.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	818.206,81
Montante Executado em 2017	434,47



2.8.5. Linha de Crédito Açores Investe II

Tem como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 644 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	5.568.158,11
Montante Executado em 2017	1.381.698,86

2.8.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a empresa atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 121 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	7.492.898,29
Montante Executado em 2017	947.252,91

2.8.7. Linha de Crédito Açores Empresas III

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com



uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi de 5 anos para todas as empresas, tendo, em qualquer caso, um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 3 de setembro de 2012, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 1 operação com o montante de financiamento de 49.885,05 €. A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	503.976,00
Montante Executado em 2017	14.081,73

2.8.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 163 operações, 7 das quais ainda estão ativas e beneficiam da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, até ao momento, 37 empresas, estando 13 delas ainda ativas.



Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376

Aprovadas	344	91,0%
Desistências	24	6,3%
Não aprovada	10	2,6%

Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Montante Executado até 31/12/2016	3.941.889,25
Montante Executado em 2017	1.264.367,32

2.8.9. Medidas de Apoio ao Emprego

- A) Programa de Valorização do Emprego (PVE) - Medida excecional, em contexto de crise económica, tendo em vista o apoio à manutenção da atividade das empresas dos Açores, bem como dos seus postos de trabalho. Consistiu num empréstimo sem juros, concedido pela Ilhas de Valor S.A, pelo prazo de 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e



300.000,00 € (médias empresas). As candidaturas estiveram abertas de 9 de março a 12 de abril de 2012. A Resolução do Conselho do Governo n.º 67/2015, de 20 de abril de 2015, prevê o aumento do período de carência de capital até 1 de maio de 2016 ou até 1 de maio de 2017 consoante, respetivamente, as empresas beneficiárias do PVE façam prova da manutenção dos postos de trabalho até 31 de dezembro de 2013 ou até 31 março de 2016.

B) **Programa de Estabilização do Emprego (PEE)** - Medida excecional que preconiza o apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consiste num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Até ao momento, foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	16.366,41
Montante Executado em 2017	33.487,03

2.9. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 8.226.235,26 € (*oito milhões duzentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e cinco euros e vinte e seis cêntimos*), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com instituições financeiras, designadamente, Novo Banco e CEMAH, sendo que aproximadamente 1,6 milhões de euros resultam dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

Em relação ao financiamento bancário, procedeu-se à amortização parcial do empréstimo bancário no Novo Banco e na CEMAH correspondendo ao total de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros), como também foram suportados e pagos os custos financeiros associados ao financiamento bancário no valor de cerca de 249.813,84 € (duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e treze euros e oitenta e quatro cêntimos).

Ainda relativamente a financiamento bancário, e no que respeita ao curto prazo, de referir que



a empresa apresenta o montante em crédito de 455.000,00 € (*quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros*) no final do exercício, respeitante a conta corrente caucionada

A empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda não tinha qualquer financiamento bancário no final do exercício.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, do qual foi recebido o valor de 2.615.000,00 € (*dois milhões seiscentos e quinze mil euros*), no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2017.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com um Contrato-Programa no valor de 4.000.000,00 € (*quatro milhões de euros*).

3. RECURSOS UTILIZADOS

3.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2017, eram 7 trabalhadores afetos aos serviços da sede Ilhas de Valor, S.A., (Santa Maria e Flores).

Sendo que a Ilhas de Valor, S.A., também contou com 72 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira.

A empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda não tem trabalhadores afetos.

3.2. Recursos Técnico – Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2017 foram ao nível do imobilizado inclui



essencialmente algum equipamento adquirido para a empresa. O valor da rubrica “*propriedade de investimento*” é o reflexo da concretização dos investimentos em 2017 pela Ilhas de Valor, S.A., nomeadamente o Museu da Fábrica da Baleia nas Flores e algumas intervenções nos Hotéis da Graciosa e Flores.

O valor da rúbrica “ativo tangível” engloba não só o referente à Ilhas de Valor, S.A., como também da sua participada.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 12.925.742,24 euros
- **Propriedade de investimento** – 1.576.479,87 euros

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

4.1. Situação Económica

4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2017 uma redução no que respeita às vendas e prestações de serviços da empresa Ilhas de Valor, S.A., que incluem o referente à cessão de exploração dos campos de golfe, verificando-se uma redução quanto ao valor total consolidado, uma vez que já não ocorre o referente à participação na empresa Sinaga, S.A. como em 2016.

Relativamente aos Subsídios à Exploração esta reflete o valor do Contrato Programa.

4.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista uma redução em fornecimentos e serviços durante 2017 quando comparado com o ano anterior, tendo-se também refletido na respetiva receita. A rúbrica gastos com pessoal regista também uma diminuição. Saliente-se que estes custos incluem também os referentes à cessão de exploração dos campos de golfe em São Miguel e Terceira e que a redução relevante destes Gastos tem a ver com o fim da participação no capital social da empresa Sinaga, S.A..



4.1.3. Resultados

Rubricas	PERÍODOS	
	2017	2016
Resultados operacionais	1.308.502,90	1.178.663,51
Resultados financeiros	-249.813,84	-1.109.793,89
Resultados correntes	1.308.502,90	1.178.663,51
Resultados antes de impostos	1.058.689,06	68.869,62
Resultado líquido do exercício	845.267,73	-368.616,26

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é positivo e superou ao ano anterior.

4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2016 e 2017, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas de capitais próprios correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu passivo total é inferior comparativamente a anos anteriores. Refira-se que a dívida da empresa é na maioria a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

4.3. Dados Económico-financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a redução do passivo da Ilhas de Valor, S.A. por conta dos investimentos em curso e concluídos nos últimos anos, que tiveram também impacto nos principais indicadores financeiros da empresa.

Indicadores Relevantes	PERÍODOS	
	2017	2016
Total de Proveitos	4.719.441,12 €	14.526.871,08 €
Volume de Negócios	1.489.345,13 €	9.350.990,94 €
Resultados Financeiros	-249.813,84 €	-1.109.793,89 €

EBIT (Resultados Operacionais)	1.308.502,90 €	1.178.663,51 €
EBITDA (Cash-flow Operacional)	2.239.160,98 €	2.514.293,63 €
Resultados Antes de Impostos	1.058.689,06 €	68.869,62 €
Resultado Líquido do Exercício	845.267,73 €	-368.616,26 €
Rendibilidade dos Capitais Próprios	5,89%	-1,85%
Rendibilidade das Vendas	56,23%	-3,94%
Liquidez Geral	2,28%	1,90%
Autonomia Financeira	34,82%	25,89%
Solvabilidade	53,42%	34,93%
Endividamento	65,18%	74,11%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista um endividamento na ordem dos 65,18%. Por outro lado, verifica-se um aumento no grau de solvabilidade e autonomia financeira.

4.4. Indicadores Económico – financeiros

Outros Indicadores	PERÍODOS	
	2017	2016
Rendibilidade operacional	87,86%	12,60%
Rendibilidade Financeira	5,94%	-1,85%
Rendibilidade Económica	2,07%	-0,48%
Grau de alavanca operacional	48,35%	128,24%
Grau de alavanca financeira	100,00%	100,00%
Grau de alavanca combinada	48,35%	128,24%
Liquidez Reduzida	2,28%	1,90%
Líquides Imediata	0,02%	0,01%
Grau de Cobertura de Imobilizado	98,07%	54,07%
Prazo médio de Cobranças	10	27
Prazo médio de Pagamentos	25,58	28,14

Mantém-se o grau de alavanca financeiro em 100% e todos os demais positivos.



5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.

6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

7. PERSPETIVAS

Durante o ano de 2018 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descurar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

- * Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

- * Desencadear os procedimentos para a concretização das parcerias a estabelecer para cada um dos projetos em curso e a iniciar.

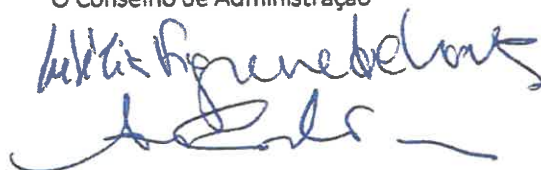
8. AGRADECIMENTOS

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o

seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

Vila do Porto, 15 de março de 2018

O Conselho de Administração



Diona Vafadar

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

CONTAS

2017



**Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda**



9. CONTAS

- 9.1. Balanço consolidado
- 9.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza
- 9.3 Demonstração dos resultados consolidados por funções
- 9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados
- 9.5. Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios
- 9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas

9.1. Balanço Consolidado


Balanço Consolidado em 31-12-2017


(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	12.925.742,24	33.714.686,03
Propriedades de Investimento	6	1.576.479,87	1.562.979,87
Ativos Intangíveis	7	0,00	216.000,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	0,00	1.408.719,26
		14.502.222,11	36.902.385,16
Activo corrente			
Inventários	9	64.406,38	1.928.574,40
Clientes	10	146.415,04	2.506.212,61
Adiantamentos a fornecedores	14	0,00	2,48
Estado e outros entes públicos	11	183.287,32	460.374,46
Outras contas a receber	10	25.763.308,56	35.107.955,97
Diferimentos	12	0,00	12.824,42
Caixa e depósitos bancários	4	184.622,41	152.664,08
		26.342.039,71	40.168.608,42
Total do activo		40.844.261,82	77.070.993,58
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	9.000.000,00	9.000.000,00
Reservas legais	22	577.000,00	577.000,00
Ajustamentos em Ativos Financeiros	22	272.738,86	2.773.426,06
Outras Variações no Capital Próprio	22	933.695,56	1.282.562,78
Resultados Transitados	22	2.061.516,48	6.687.592,62
Resultado líquido do período	22	845.267,73	-368.616,26
Interesses que não controlam	22	531.896,23	0,00
Total do capital próprio	DACP	14.222.114,86	19.951.965,20
Passivo			
Passivo não corrente			
Estado e outros entes públicos	11	0,00	1.121.541,58
Financiamentos obtidos	13	8.226.262,26	28.138.470,39
Passivos por Impostos Diferidos	14	212.883,43	46.487,98
Outras contas a pagar	14	6.650.000,00	6.650.000,00
		15.089.145,69	35.956.499,95
Passivo corrente			
Fornecedores	14	117.415,55	2.462.516,35
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11	52.174,73	2.390.008,66
Financiamentos obtidos	13	455.000,00	2.821.620,70
Outras contas a pagar	14	10.908.410,99	13.488.382,72
Diferimentos		0,00	0,00
		11.533.001,27	21.162.528,43
Total do passivo		26.622.146,96	57.119.028,38
Total do capital próprio e do passivo		40.844.261,82	77.070.993,58

Contabilista Certificado nº.456

O Conselho de Administração





9.2. Demonstração dos Resultados Consolidados por Natureza

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas do período de 2017 (montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	15	1.489.345,13	9.350.990,94
Subsídios à Exploração	23	2.646.346,57	4.468.928,17
Varição nos Inventários de Produção		0,00	(169.298,79)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(173.599,68)	(7.238.656,40)
Fornecimentos e serviços externos	16	(632.690,14)	(1.511.486,56)
Gastos com o pessoal	17	(1.416.781,66)	(2.775.414,10)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	(18.203,24)
Aumentos/Reduções de Justo Valor		0,00	698,53
Outros rendimentos e ganhos	18	583.749,42	725.155,21
Outros gastos e perdas	19	(257.208,66)	(318.420,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.239.160,98	2.514.293,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	(930.658,08)	(1.335.630,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.308.502,90	1.178.663,51
Juros e rendimentos similares obtidos	20	0,00	99.153,17
Juros e gastos similares suportados	21	(249.813,84)	(1.208.947,06)
Resultado antes de impostos		1.058.689,06	68.869,62
Imposto sobre o rendimento do período	24	(221.167,43)	(437.485,88)
Resultado líquido do período		837.521,63	(368.616,26)
Resultado líquido do período atribuível a Interesses Minoritários	24	7.746,10	0,00
Resultado líquido do período		845.267,73	(368.616,26)

9.3 Demonstração dos resultados consolidados por funções

Rubricas	PERÍODOS	
	2017	2016
Demonstração de resultados Consolidada por Funções	Contribuinte:	512093601
Rubrica	31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados (a)	1.489.345,13	9.350.990,94
Custo das vendas e dos serviços prestados (b)	-806.289,82	-8.919.441,75
Resultado bruto	683.055,31	431.549,19
Outros rendimentos	3.230.095,99	5.194.781,91
Gastos de distribuição	0,00	0,00
Gastos administrativos	-2.604.648,40	-4.429.464,35
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Resultado operacional	1.308.502,90	1.196.866,75
Gastos de financiamento (líquidos)	-249.813,84	-1.109.793,89
Resultados imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (3)	0,00	0,00
Rendimentos de investimentos financeiros (3)	0,00	0,00
Perdas de imparidade e suas reversões (3)	0,00	-18.203,24
Ganhos (perdas) cambiais (3)	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	1.058.689,06	68.869,62
Imposto sobre o rendimento do período	-221.167,43	-437.485,88
Resultado líquido do período	837.521,63	-368.616,26
Resultado das actividades descontinuadas (líquidos de impostos) incluído no resultado líquido do período	0,00	0,00
Resultado líquidos do período atribuível a:(2)	845.267,73	
Detentores do capital da empresa-mãe		
Interesses minoritários	-7.746,10	

Contabilista Certificado nº456



O Conselho de Administração




9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

Demonstração Dos Fluxos De Caixa Consolidados - Método Direto

Rubricas	PERÍODOS	
	2017	2016
Fluxo das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.152.670,37	9.646.076,19
Pagamentos a fornecedores	1.057.711,84	8.819.493,25
Pagamentos ao pessoal	1.481.781,68	2.320.441,97
Caixa gerada pelas operações	-1.386.823,15	-1.493.859,03
Pagamentos/recebimento do imposto s/ rendimento	395.648,62	58.911,18
Outros pagamentos/recebimentos actividade operacional	-310.932,61	-2.764.002,53
Fluxo de caixa das actividades operacionais	-1.302.107,14	-4.198.950,38
Fluxo das actividades de investimento		
Pagamentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	41.290,42	231.196,99
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis, Investimentos financeiros	0,00	908,53
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	473.478,38	452.282,89
Dividendos	0,00	197,10
Fluxo de caixa das actividades de investimento	473.478,38	452.282,89
Fluxo das actividades de financiamento	473.478,38	452.282,89
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e out. instrumentos de capital próprio	970.386,81	9.508.309,26
Cobertura de prejuizos	0,00	1.779.231,67
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:	2.646.346,57	3.700.161,54
Financiamentos obtidos	2.456.386,81	9.991.393,39
Juros e custos similares	258.469,06	1.191.386,86
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	10.693,32
Outras operações de financiamento	0,00	97.392,00
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	961.877,51	3.696.836,90
Varição da caixa e seus equivalentes	31.958,33	-280.564,12
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	152.664,08	433.228,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	184.622,41	152.664,08

Contabilista Certificado nº.456

Conselho de Administração

9.5. Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio do período de 2017
 (Montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTA	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	
POSTO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	7	8.000.000	577.000	6.447.459	2.770.420	1.202.533	3.948.810	10.001.125	0	10.951.695
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Prorrateamento de reservas referentes a contribuições administradas nos períodos anteriores				50.520						
Outras alterações registadas no período anterior										
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	8	9.000.000	577.000	6.518.978	2.770.420	1.202.533	0	10.551.145	0	10.551.145
RESULTADO INTEGRAL	9						34.500	845.340	0	845.340
OPERAÇÕES COM DEBENTURES DE CAPITAL NO PERÍODO	10 e 11						945.260	20.377.282	0	20.377.282
Alterações de Capital										
Perda										
Outras alterações - RI, DPC										
Outras alterações				-1.370.600	-330.400	348.000		-1.370.600	531.000	-4.570.600
POSTO NO FIM DO PERÍODO 2017	11	0	577.000	2.808.510	22.230	0	0	19.490.210	0	14.220.115

Contabilista Certificado nº 456

[Assinatura]

Conselho de Administração
[Assinatura]

9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas

Exercício Económico de 2017

Contabilista Certificado nº.456



o Conselho de Administração





1. Identificação da Entidade

1.1 — *Designação da entidade: Ilhas de Valor S.A.*

1.2 — *Sede: Rua DR Luis Bettencourt 86 – 1º, Vila do Porto*

1.3 — *Natureza da atividade: planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços*

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeira

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

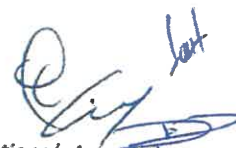
Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A adoção das NCRF nas contas individuais ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de Janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os



International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas na nota 3. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Não houve derrogações das disposições do SNC.

2.3. Moeda das demonstrações financeiras

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira, publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período.

3.2. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado



como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultam de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.3. Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo)

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas associadas e outras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o valor pago acrescido de despesas de transação ou ao custo considerado na data de transição para as NCRF, e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os investimentos são mantidos ao custo de aquisição ou ao custo considerado, deduzido, quando aplicável, de perdas de imparidade estimadas.

As prestações suplementares concedidas pela Empresa a empresas associadas e outras empresas são registadas pelo respetivo valor nominal. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas associadas e outras empresas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídos à Empresa desde que os capitais próprios dessas empresas não fiquem inferiores à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.



Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e outras empresas são registados como rendimentos.

3.4. Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração de resultados do exercício.

3.5. Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

3.6. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".



3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:



	<i>Número de anos</i>
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento de transporte	4 a 16
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 12

3.9. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.



3.10. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O método usado na mensuração do rédito foi o método da percentagem de acabamento das obras, nos contratos de construção.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.



3.13. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.14. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.



Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.15. Imparidade de ativos, excluindo goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura

económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.16. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos fluxos de caixa, foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Caixa	7.005,59	31.987,59
Depósitos à ordem	177.616,82	120.676,49
Depósitos a prazo		
Caixa e depósitos bancários	184.622,41	152.664,08
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	184.622,41	152.664,08

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

Durante o exercício de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade foram como segue:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	A. F. Tangíveis em Curso	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
Activo bruto							
Saldo Inicial a 21-12-2016	41.647.712,56	7.841.800,81	470.653,39	343.641,30	426.558,22	0,00	50.730.366,88
Investimento	0,00	0,00	0,00	9.655,00	0,00	0,00	9.655,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	-21.609.980,59	-7.167.362,52	-405.750,64	-123.542,41	-118.124,72	0,00	-29.424.760,88
Saldo final a 31-12-2017	20.037.731,97	674.438,29	64.902,75	229.753,89	308.434,10	0,00	21.315.261,00

A variação nos ativos fixos tangíveis foi na aquisição de material informático no valor de 9.655,00 euros.

Transferências e abates relacionado com alienação de participação na empresa "Sinaga"



Depreciações do exercício e Acumuladas

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas							
Saldo inicial a 31-12-2016	10.005.795,69	5.863.934,64	450.869,34	269.946,20	425.134,98	0,00	17.015.680,85
Depreciações e perdas de imparid. do período	894.136,48	26.173,03	0,00	4.139,79	6.208,78	0,00	930.658,08
Transferências e abates	-3.690.130,33	-5.290.489,52	-385.966,99	-65.627,90	-124.605,83	0,00	-9.556.820,17
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	7.209.801,84	599.618,15	64.902,75	208.458,09	306.737,93	0,00	8.389.518,76

As depreciações dos ativos tangíveis fixos foram no montante de 930.658,08 euros.

Valor líquido							
A 31-12-2016	31.641.916,87	1.977.866,17	19.784,05	73.695,10	1.429,84	0,00	33.714.686,03
A 31-12-2017	12.827.990,13	74.820,14	0,00	21.295,80	1.696,17	0,00	12.925.742,24

Face às aquisições no valor de 9.655,00 euros, as amortizações do exercício no valor de 930.658,08 euros e as transferências e abates relacionadas com o fim da participação na empresa Sinaga, S.A. o valor líquido dos ativos passou de 33.714.686,03 euros para 12.925.742,24 euros.

Propriedades de Investimento

	Terrenos e	Equipamentos	Equipamento	Equipamento	Outros Activos	A. F. Tangíveis	A. F. Tangíveis
	Edifícios	Básico	Transporte	Administrativo	Fixos Tangíveis	em Curso	em Curso
Activo bruto:							
Saldo inicial a 31-12-2016	1.562.979,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.979,87
Investimento	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	1.576.479,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.576.479,87

Nos Investimentos em curso, ocorreram os seguintes investimentos:

- Incubadora de empresas no valor de 13.500,00 euros.

Desta forma permanece em curso investimentos no Valor de 1.576.479,87 euros, sendo 1.562.979,87 euros referentes a exercícios anteriores e 13.500,00 euros referente a 2017.

- Campo de Golfe de Santa Maria no valor de 1.345.151,86 euros



- Parque Temático da Ilha da Terceira no valor de 217.828,01 euros
- Incubadora Empresarial no valor de 13.500,00 euros

7. Ativos Intangíveis

	Ativos Intangíveis	Total dos Ativos Fijos Intangíveis
Ativo bruto:		
Saldo inicial a 01-01-2017	383.991,32	623.991,32
Investimento	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	383.991,32	623.991,32

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas		
Saldo inicial a 01-01-2017	383.991,32	383.991,32
Depreciações e perdas de imparidades do período	0,00	24.000,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	383.991,32	407.991,32

Valor líquido		
A 31-12-2016	0,00	216.000,00
A 31-12-2017	0,00	0,00

Alteração nos ativos tangíveis em 2017 resulta apenas das transferências e abates relacionado com o fim da participação na empresa Sinaga, S.A..

8. Participações Financeiras




Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos foram como segue:

<u>Investimentos Financeiros</u>	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Investimentos em Subsidiárias	0,00	209.497,12
Empréstimos Concedidos	0,00	1.400.000,00
Pensões de Reforma	0,00	7.043,27
Outros Investimentos Financeiros	0,00	1.675,99
Imparidades Acumuladas	0,00	-209.497,12
	0,00	1.408.719,26

Sem alteração nas participações financeiras.

9. Inventários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos foram como segue:

<u>Matérias-primas</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Inventário inicial m/p	49.994,84	2.319.230,18
Compras de m/p	188.011,22	7.141.276,26
Regularização Existências	0,00	-123.976,85
Variação da Produção	0,00	-169.298,79
Inventário final mercadorias	64.406,38	1.928.574,40
Custo M. V. e M. C.	173.599,68	7.238.656,40

Inventário final mercadorias	64.406,38	1.928.574,40
Custo Total M. V. e M. C.	173.599,68	7.238.656,40

Compra de mercadorias e matérias-primas relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, e com o Museu das Flores.

10. Clientes e Contas a Receber

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
-		
Clientes c/c	146.415,04	2.506.212,61
Clientes Verdegolf	67.238,86	350.484,72
Clientes Golf Terceira	28.879,21	9.690,10
Clientes Ilhas de Valor	50.296,97	50.296,97

O saldo global de clientes em 2017 é de 146.415,04 euros.

<u>Outras contas a receber</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Outros devedores por acréscimos	0,00	2.029.729,06
Adiantamentos ao pessoal	0,00	298,97
Outra contas a receber	25.763.308,56	33.077.927,94
Total	25.763.308,56	35.107.955,97

Em anexo quadro complementar com pormenorização dos valores apresentados:

<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Outros adiantamentos	212,4	2,48
Total	212,4	2,48
	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Devedores por Acréscimos	0	2.029.729,06
Faturação a emitir Verdegolf	0	686.454,06
Faturação a emitir Ilhas de Valor	0	1.343.275,00
Juro a receber	0	0

Outros Devedores	25.763.096,16	33.193.016,90
Fundo garantia - linha Açores Investe	3.000.000,00	3.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1.000.000,00	1.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4.500.000,00	4.500.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400.000,00	400.000,00
Diversas Linhas	474.112,86	472.001,67
Linha Açores Investe	321.730,45	338.236,40
Linha Reestruturação	124.104,06	46.934,42
Verdegolf	1.307.744,25	5.944.812,55
Linha Açores Empresas II	57.924,61	52.323,31
Pousada da Juventude São Jorge	0	380.837,52
Linha Açores Empresas I	54.242,73	56.097,20
Linha Reestruturação II	1.280.118,36	1.699.399,40
Linha Reestruturação III	1.666.267,82	2.429.246,42
Linha Açores Investe II	2.663.486,02	3.344.208,40
Linha Açores Empresas III	96.776,14	101.714,40
Linha Empresas PVE	8.487.639,21	9.146.542,18
Programa Estabilização do Emprego	95.674,37	66.283,74
Recebido Linhas por Liquidar	0	0
Clube Golf Terceira	25.000,00	25.000,00
Verde Coragem Clube	300	300
Linha Reestruturação	0	66.062,20
Linha Açores Empresas II	78.418,32	84.019,62
Linha Açores Empresas I	40.851,94	38.997,47
Linha Reestruturação II	88.705,02	0

11. Estado e Outros Entes Públicos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

Saldos devedores	31-dez-17	31-dez-16
IRC	174.481,19	16.220,23
Imposto sobre o valor acrescentado	8.006,13	420.390,51
Outros impostos	0,00	23.763,72
Total	183.287,32	460.374,46

R. Cruz
 10/1

Saldos credores passivo Corrente	31-dez-17	31-dez-16
Pagamento por conta de IRC	0,00	0,00
Retenções na fonte de terceiros	10.407,82	18.311,93
Imposto estimado	0,00	453.481,84
Contribuições para Segurança Social	41.483,18	1.867.450,85
Iva	283,73	8.356,98
Outros	0,00	42.407,06
Total	52.174,73	2.390.008,66

Saldos credores passivo não Corrente	31-dez-17	31-dez-16
Outros Finanças	0,00	1.121.541,58
Total	0,00	1.121.541,58

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social. Os impostos por regra são liquidado no mês seguinte ao que dizem respeito,

12. Diferimento de Gastos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como se segue:

Gastos a reconhecer	31-dez-17	31-dez-16
Seguros	0,00	6.999,10
Outros gastos a reconhecer	0,00	5.825,32
Total	0,00	12.824,42

13. Financiamentos Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Financiamentos obtidos não corrente</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		
BANIF Sider Flores	698.910,03	698.910,03
BANIF Sider Graciosa	927.325,23	927.325,23
CEMAH	3.500.000,00	4.000.000,00
BESA	3.100.000,00	3.800.000,00
Outros Financiadores	0,00	475.541,08
Outros Empréstimos Bancários	0,00	18.236.694,05
Total	8.226.235,26	28.138.470,39

Financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada.

<u>Financiamentos obtidos corrente</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		
Caucionada BES	455.000,00	41.000,00
Caucionada CEMAH	0,00	700.000,00
Outros Empréstimos Bancários	0,00	2.080.620,70
Total	455.000,00	2.821.620,70

14. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Fornecedores conta corrente</u>	117.415,55	2.462.516,35

Fornecedores Golfe São Miguel	58.885,31	113.500,66
Fornecedores conta corrente	58.885,31	113.500,66
Fornecedores Golfe Terceira	14.919,07	18.024,05
Fornecedores conta corrente	14.919,07	18.024,05
Fornecedores Ilhas de Valor	43.611,17	34.273,22
Fornecedores conta corrente	43.611,17	34.273,22
Fornecedores Sinaga	0,00	2.296.396,29
Fornecedores conta corrente	0,00	2.296.396,29
Fornecedores Pousada	0,00	322,13
Fornecedores conta corrente	0,00	322,13

O saldo de fornecedores em 2017 é de 117.415,55 euros.

Credores por acréscimos de gastos		
Seguros a Liquidar	0,00	0,00
Remunerações a liquidar	178.981,56	360.730,71
Juros a liquidar	13.296,22	218.268,76
Remunerações a liquidar	0,00	25.611,22
Outros Credores	150,00	341.022,58
Total	192.427,78	945.633,27

Outros credores - Corrente		
Capital Subscrito por realizar	0,00	0,00
Linhas Credito Bancos	10.715.888,18	12.255.106,35
Impostos diferidos	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	26.971,58
Outros Credores	95,04	260.671,52
Total	10.715.983,22	12.542.749,45

Outros credores - Não Corrente	31-dez-17	31-dez-16
Linhas de Crédito	6.650.000,00	6.650.000,00
Impostos diferidos	212.883,42	46.487,98
Total	6.862.883,42	6.696.487,98

Outras contas a pagar no valor de 192.427,78 euros, outros credores corrente no montante de 10.715.983,22 euros, e outros credores não corrente no valor de 6.862.883,42 euros representam a totalidade contas a pagar.

15. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Rédito		
Mercadorias	79.270,27	2.451.916,26
Produtos Acabados e Intermédios	63.714,51	5.072.151,55
Subprodutos, desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	254.678,30
Prestação de Serviços	1.410.074,86	1.572.244,83
Total	1.489.345,13	9.350.990,94

Aumento de vendas e diminuição de prestação de serviços, as mesmas são entendidos como aceitáveis face às condições de mercado que se vive.

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

R
João
Carvalho

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Subcontratos	0,00	32.230,23
Trabalhos Especializados	131.221,91	430.624,19
Publicidade e Propaganda	15.824,42	39.592,12
Vigilância e Segurança	0,00	5474,01
Honorários	57.604,00	94.237,65
Comissões	0,00	1.123,75
Conservação e Reparação	188.860,55	333.996,07
Serviços Bancários	10.322,56	48.963,73
Outros Serviços	0,00	3193,16
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	19.788,67	28.110,71
Livros e Documentação Técnica	0,00	7,72
Material de Escritório	4.126,12	8.739,51
Artigos para Oferta	1.950,60	1.304,50
Outros Materiais	0	0
Electricidade	38.948,57	136.841,83
Combustíveis	79.441,28	71.313,75
Água	4.238,75	10.813,14
Óleos e Lubrificantes	0	0
Outra Energia e Fluidos	1.860,19	2.048,15
Deslocações e Estadas	18.445,53	44.169,74
Transporte Mercadorias	135,53	56.722,64
Outras transportes	1.036,98	1.627,06
Rendas e Alugueres	12.164,22	62.628,99
Comunicação	15.427,42	28.575,67
Seguros	9.718,69	35.489,70
Contencioso e Notariado	246,00	2907,52
Despesas de Representação	90,18	221,7
Limpeza e Higiene	18.928,30	23.319,22
Outros Serviços	2.309,67	7.210,10
Total	632.690,14	1.511.486,56

Redução generalizada das despesas gerais, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade das empresas.

17. Gastos com o Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	160.433,13	333.207,45
Remunerações do pessoal	941.856,07	1.884.129,35
Benefícios Pós Emprego	0,00	10.993,92
Indemnizações	52.006,27	8.638,72
Encargos s/ remunerações	233.144,49	480.467,02
Seguros	20.299,25	41.874,91
Outros	9.042,45	16.102,73
Total	1.416.781,66	2.775.414,10

Todas as rubricas estão afetadas pela transmissão do capital social referente à participação na empresa Sinaga, S.A. originando valores nas contas consolidadas de 2017 inferiores a 2016.

18. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Rendimentos Suplementares	0,00	69.299,39
Descontos Pronto Pagamento	0,00	133,22
Ganhos em Inventários	0,00	50.784,17

[Handwritten signature]

Ganhos em Alienação Ativos tangíveis	0,00	1.072,33
Correções rel. Períodos anteriores	0,00	4.257,65
Outros	583.749,42	599.608,45
Total	583.749,42	725.155,21

Dos 583.749,42 euros contabilizados em outros proveitos 473.479,66 euros dizem respeito:

Imputação Subsídio para investimentos

- Hotel Flores e Graciosa 384.913,56 euros;
- Adução Termas do Carapacho 34.398,00 euros;
- Pousada 54.168,10 euros;

Restantes proveitos (103.750,75 euros) restituição impostos, restantes 6.519,31 euros são proveitos residuais e correções exercícios anteriores.

19. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Impostos	48.331,00	188.485,05
Taxas	1.579,12	3.099,26
Gastos Perdas Subsidiarias	0,00	0,00
Outros	207.298,54	126.835,82
Total	257.208,66	318.420,13

A verba de 48.331,00 euros inclui:

IMI e imposto selo, impostos sobre transportes e despesas com operações bancárias

A verba 207.298,54 euros resulta correções relativas a períodos anteriores, coimas e outros residuais.

Diferença para as demonstrações resulta do expurgo do método equivalência patrimonial com a empresa Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda..

20. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Juros de depósitos bancários	0,00	0,00
Juros de financiamento associadas	0,00	86.678,66
Dividendos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros juros	0,00	12.474,51
Total	0,00	99.153,17

Em 2017 não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

21. Juros e Gastos Similares Suportados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Juros de financiamentos suportados		
Juros bancários	222.887,58	1.100.453,82
Encargos com Letras	0,00	35087,54
Juros compensatórios	0,00	43074,25
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	0

Outros	26.926,26	30.331,45
Total	249.813,84	1.208.947,06

Juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo em período de carência, assim como sobre amortizações dos empréstimos (conforme plano financeiro existente).

Restantes despesas relacionadas com despesas cobradas pelos bancos relacionadas com os financiamentos existentes.

22. Capitais Próprios

O capital está representado por 1.800.000 ações ao portador de valor nominal de cinco euros cada, pertencentes a:

Acionistas	Ações	
	Número	Valor Nominal
Região Autónoma dos Açores	900.000	4.500.000,00
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890.000	4.450.000,00
SATA – Air Açores, S.A.	5.000	25.000,00
Atlânticoline, S.A.	5.000	25.000,00
TOTAL	1.800.000	9.000.000,00

Variações na rubrica de Capitais Próprios

Contas	31-12-2016	31-12-2017	Variações
51 - Capital	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
55 - Reservas Legais	577.000,00	577.000,00	0,00
56 - Resultados transitados	6.687.592,62	2.061.516,48	-4.626.076,14
57- Ajustamentos A. Financeiros	2.773.426,06	272.738,86	-2.500.687,20

59 - O. Variações Capital Próprio	1.282.562,78	933.695,56	-348.867,22
Resultados	-368.616,26	845.267,73	1.213.883,99
Interesses que não Controlam (Pousada)		531.896,23	
Total do Capital Próprio	19.951.965,20	14.222.114,86	-5.729.850,34

23. Subsídios destinados à Exploração

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Subsídios à Exploração		
Subsídios	2.615.000,00	3.593.275,00
Subsídios	31.346,57	875.653,17
Total	2.646.346,57	4.468.928,17

Durante o ano de 2017 a empresa recebeu 2.646.346,57 euros de subsídios destinados ao investimento e à exploração, nos quais se inclui o referente ao Contrato-Programa Coesão no valor de 2.615.000,00 euros e 31.346,57 euros relacionados com o Programa Inteira.

24. Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Imposto corrente	221.167,43	4.032,00
Tributações autónomas	0	0
Coleta	221.167,43	330.036,77
Derrama	0,00	111.481,11
Total	221.167,43	437.485,88

Imposto diferido	0,00	0,00
------------------	------	------

Imposto sobre o rendimento do período	221.167,43	437.485,88
--	-------------------	-------------------

Imposto calculado sobre o resultado, e com base nas taxas em vigor nos Açores.

25. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Foi pago a título de honorários por auditoria e certificação legal das contas o montante de 11.136,00 euros.

Face à transmissão do capital social referente à participação na empresa Sinaga, S.A., todas as alterações relevantes do ano de 2016 para 2017, dizem respeito a transferências dos valores incorporados desta empresa no ano de 2016.

Em 2017 as contas consolidadas da Ilhas de Valor, S.A., dizem respeito às empresas Ilhas de Valor, S.A e Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo, Lda..

26. Acontecimentos após o fecho

Não houve alterações após o fecho do exercício.

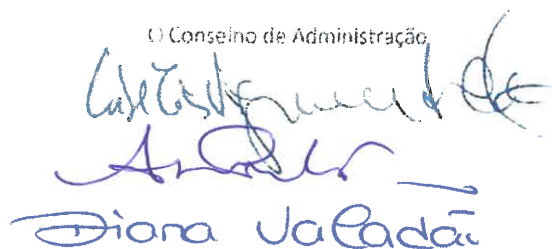
27. Data de emissão

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 15 de março de 2018

Contabilista Certificado nº 456



() Conselho de Administração



Diana Valada

RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS FISCAL ÚNICO

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2017

(Contas Consolidadas)

Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da ILHAS DE VALOR, S.A., em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Ao mesmo tempo, damos o nosso Parecer sobre os mesmos documentos.

RELATÓRIO

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela ILHAS DE VALOR, S.A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas da consolidação.



Rua Dr. Castano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@nec.pt
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Ponta Delgada, 15 de Março de 2018

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 40.844.262 euros e um total de capital próprio de 14.222.115 euros, incluindo um resultado líquido de 845.268 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

DUARTE Giesta & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

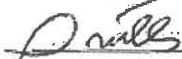
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufeing@nec.pt
NIPC e Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE Giesta & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-017 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@nec.pt
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furlado Pacheco (ROC n.º 1365)

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 15 de Março de 2018



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)